



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 109

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 08 DE NOVEMBRO DE 2010

ANO XXXV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ERON ABOUD
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Caíto Quintana
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Pedro Ivo
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Reni Pereira
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romaneli - Luiz Eduardo Cheida - Nereu Moura - Rafael Greca - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Wilson Quinteiro; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 109

111ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios 03

Indicações 04

Requerimentos 04

Pequeno Expediente:

Dep. Neivo Beraldin 09

Dep. Douglas Fabrício 10

Dep. Antonio Belinati 11

Dep. Elio Rusch 12

Grande Expediente:

Dep. Elio Rusch 13

Horário das Lideranças:

Liderança do PDT

Dep. Neivo Beraldin 09

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 11

Liderança do PT

Dep. Tadeu Veneri 15

Liderança do Governo

Dep. Luiz Eduardo Cheida 16

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 17

Discussão/Votação

Redação Final 17

3ª Discussão 17

2ª Discussão 17

1ª Discussão 17

Requerimentos 19

Encerramento da Sessão 19

Publicações:

Comissão Executiva

Atos 19

DIÁRIO Nº 109

111ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 111ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 08 DE NOVEMBRO DE 2010

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Dr. Batista e pela Sra. Deputada Beti Pavin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Beti Pavin, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Enio Verri, Fernando Scanavaca, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Péricles de Mello, Plauto Miró, Rafael Greca, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Waldyr Pugliesi e Wilson Quintero (46).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Felipe Lucas, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Edson Stra-

passon, Fábio Camargo, Francisco Bühner e Pedro Ivo (08).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº 1172/10/GS do Sr. Julio Cesar de Souza Araújo Filho, Secretário de Estado de Obras Públicas, em resposta ao pedido de informações requerido pelos Deputados Valdir Rossoni, Douglas Fabrício, Antonio Belinati, Luiz Carlos Martins, Plauto Miró e Marcelo Rangel, que solicitam esclarecimentos sobre o relacionamento da Secretaria de Estado de Obras Públicas com a SIAL Construções Civis Ltda. **Ao conhecimento dos Srs. Deputados interessados.**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

OFÍCIO Nº 1944/10-GP

Curitiba, em 05/11/10.

Senhor Presidente:

Encaminho a V. Exa., para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que altera o artigo 81 da Lei Estadual nº 14277/08 - Código de Organização e Divisão Judiciárias e adota outras providências.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Deixamos de apresentar a declaração de adequação orçamentária em razão da alteração acima referida não implicar em aumento de despesas.

Outrossim, solicito a V. Exa. as providências necessárias no sentido de renumerar o parágrafo 3º do artigo 81 do Anteprojeto de Lei nº 425/10, passando a ser numerado como parágrafo 4º. Tal solicitação tem a finalidade de ajustar as numerações do anteprojeto de lei ora proposto com aquele que tramita nesta Casa de Leis.

Neste ensejo, consigno a V. Exa. minhas expressões de consideração e apreço.

(a) CELSO ROTOLI DE MACEDO - Presidente

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º O *caput* do artigo 81 da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 81. O subsídio mensal de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná corresponde a 90,25% (noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) do subsídio mensal de Ministro do Supremo Tribunal Federal.”

Art. 2º Os parágrafos 2º e 3º do artigo supracitado, passa, a ter a seguinte redação:

“§ 2º As alterações do subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal serão estendidas ao subsídio de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, não podendo constituir paradigma para a remuneração de qualquer outro servidor público do Estado.

§ 3º Os subsídios dos demais Magistrados são escalonados, na forma de sua estrutura e com a diferença estabelecida em lei.”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA:

O presente anteprojeto de lei tem a finalidade de readequar do texto do artigo 81 da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03, Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - CODJ, diploma legal que até a presente data mantém no referido artigo a expressão vencimento, sendo que a Emenda Constitucional nº 019, de 04/06/98, extingui as verbas de representação e de caráter pessoal da magistratura, e passou a denominar como subsídios a remuneração para a magistratura, vedando o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

De acordo com o artigo 39, parágrafo 4º, da Constituição Federal, o subsídio é devido aos Magistrados em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no artigo 37, X e XI do texto constitucional.

Ainda neste diapasão verifica-se a necessidade do escalonamento da remuneração dos demais Juízes fixados por Lei Estadual, a qual já está tramitando nessa Casa de Leis pelo Anteprojeto de Lei sob nº 425/10, que apresenta a seguinte súmula: *altera dispositivo da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná), e adota outras providências.* (Parágrafo 3º do artigo 81 da Lei nº 14277/03 - Juízes de entrância final receberão 95% dos vencimentos ou subsídios de Desembargador, e a diferença de uma entrância para outra será de 5%).

A Resolução nº 13 do Conselho Nacional de Justiça que dispõe sobre a aplicação do teto remuneratório

constitucional aos membros da magistratura, necessitando de compatibilização com a forma de modificação dos subsídios dos Desembargadores quando houver alteração nos subsídios dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Esta proposta de alteração do artigo 81 da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03, foi aprovada pelo egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em Sessão Ordinária do dia 05/11/10.

A referida proposta não implica em impacto orçamentário-financeiro, motivo pelo qual deixamos de encaminhar a declaração de adequação orçamentária estabelecida na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Indicações

INDICAÇÃO Nº 186/10

SÚMULA:

Propõe emenda aditiva ao Decreto nº 1821, de 28/02/00, concedendo desconto na passagem rodoviária a militares não fardados.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Estadual, que abaixo subscreve, dirige-se respeitosamente a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

Emenda aditiva ao Decreto nº 1821, de 28/02/00, no sentido de conceder desconto no transporte rodoviário aos militares não fardados.

O Decreto nº 1821, de 28/02/00 foi alterado, em seu artigo 44, pelo Decreto nº 5095 de 19/07/05, e em seu inciso III passou a conceder a isenção aos militares estaduais da ativa, quando fardados e em serviço, mediante a apresentação da identidade militar.

O que se pretende com a referida proposta é conceder um desconto de no mínimo 20% na passagem aos militares não fardados, porém mediante a apresentação de identidade militar.

Este pleito justifica-se pelo imenso benefício que representa para os militares de todo Estado, muitas vezes ao efetuar a troca de pontos de trabalho ou até mesmo para se locomover ao local de trabalho o militar não se encontra fardado, porém é sensato afirmar que apresentada a identidade militar esta já basta para comprovar o direito ao desconto na passagem.

Cabe salientar que em muitos Estados o desconto nas passagens no transporte intermunicipal já é concedido e o que se pleiteia agora é a isenção total do valor da passagem.

Assim, diante do exposto e devido a importância da presente proposta solicito que V. Exa. determine os estudos de suas viabilidade.

Sala das Sessões, em 08/11/10.

(a) MARCELO RANGEL

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 3849

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificativa de ausência do Deputado Ney Leprevost, na Sessão do dia 04 do mês corrente, devido a compromissos assumidos anteriormente ao agendamento da referida Sessão.

Sala das Sessões, em 08/11/10.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 3843

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Itália Fucci Rossetto, ocorrido no mês de outubro de 2010.

Dona Itália, uma mulher de fibra e dedicada à família, deixará saudades. Era pessoa reconhecida e querida pela comunidade.

Expressiva senhora da sociedade. Mãe que teve na família e no amor ao próximo suas maiores riquezas, a bondade espelhada no ser humano que deixará saudade.

Todos temos que enfrentar a morte um dia. Mas temos certeza de que de fato ela não existe. Pois confiamos na promessa de vida eterna feita por Jesus Cristo.

A vida não começa no berço e não termina no túmulo ou em cinzas. A morte é o momento em que fazemos desta certeza uma convicção.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 08/11/10.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO Nº 3844

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Beraniza Vilas Boas Sabbag, ocorrido no mês de outubro de 2010.

Sra. Beraniza, uma mulher de fibra e dedicada à família, deixará saudades. Era pessoa reconhecida e querida pela comunidade.

Expressiva senhora da sociedade. Mãe que teve na família e no amor ao próximo suas maiores riquezas, a bondade espelhada no ser humano que deixará saudade.

Todos temos que enfrentar a morte um dia. Mas temos certeza de que de fato ela não existe. Pois confiamos na promessa de vida eterna feita por Jesus Cristo.

A vida não começa no berço e não termina no túmulo ou em cinzas. A morte é o momento em que fazemos desta certeza uma convicção.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 08/11/10.
(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO Nº 3845

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento do engenheiro Orlando Moacyr Seiler Giglio, ocorrido no mês de outubro de 2010.

Sr. Orlando, homem culto e dedicado à família, deixará saudades. Era pessoa reconhecida e querida pela comunidade.

Engenheiro Civil, era formado a mais de 70 anos pela Universidade Federal do Paraná. Tinha como registro profissional a carteira de nº 2, e pelos relevantes serviços prestados à Engenharia, recebeu homenagens do Instituto de Engenharia do Paraná e do CREA-PR.

Todos temos que enfrentar a morte um dia. Mas temos certeza de que de fato ela não existe. Pois confiamos na promessa de vida eterna feita por Jesus Cristo.

A vida não começa no berço e não termina no túmulo ou em cinzas. A morte é o momento em que fazemos desta certeza uma convicção.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 08/11/10.
(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO Nº 3846

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Maria Neusa Fankin Ribas, ocorrido no mês de outubro de 2010.

Tia Neusa, como era conhecida e chamada por todos, deixará saudades. Era pessoa reconhecida e querida pela comunidade.

Expressiva senhora da sociedade piraiense. Mãe que teve na família e no amor ao próximo suas maiores riquezas, a bondade espelhada no ser humano que deixará saudade.

Todos temos que enfrentar a morte um dia. Mas temos certeza de que de fato ela não existe. Pois confiamos na promessa de vida eterna feita por Jesus Cristo.

A vida não começa no berço e não termina no túmulo ou em cinzas. A morte é o momento em que fazemos desta certeza uma convicção.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 08/11/10.
(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO Nº 3848

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento do Dr. Dulcídio Rocha Caldeira Júnior, ocorrido no mês de outubro de 2010.

Caldeira, como era conhecido e chamado por todos, deixará saudades. Era pessoa reconhecida e querida pela comunidade.

Advogado por formação e publicitário por vocação, desenvolveu trabalhos memoráveis na área da publicidade. Comandando sua própria agência de publicidade, foi referência no setor.

Todos temos que enfrentar a morte um dia. Mas temos certeza de que de fato ela não existe. Pois confiamos na promessa de vida eterna feita por Jesus Cristo.

A vida não começa no berço e não termina no túmulo ou em cinzas. A morte é o momento em que fazemos desta certeza uma convicção.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 08/11/10.
(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO Nº 3850

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Elizeth Maria Zecchin Acco, que veio a falecer no dia 02/11/10, aos 56 anos, no Município de Tupãssi.

Requer, outrossim, seja dada ciência à família enlutada, na pessoa da filha, Sra. Renata Acco Mariussi, esposa do Prefeito Municipal.

Sala das Sessões, em 08/11/10.
(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

Na qualidade de esposa do ex-Prefeito do Município de Tupãssi, Sr. Valdecir Acco, a Sra. Elizeth Acco não foi apenas uma primeira-dama, mas esteve à frente do PROVOPAR municipal de forma atuante e participativa na vida pública, levando cidadania e justiça social às famílias tupãssienses menos abastadas e mais humildes.

Promoveu campanhas beneficentes, com distribuições de brinquedos às creches, agasalhos às famílias carentes. Como Chefe do Departamento de Ação Social do Município de Tupãssi, desenvolveu atividades voltadas à população em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social.

Foi anda assessora de entidades sócioassistenciais e de associações comunitárias municipais e, sempre que possível, estava a frente das atividades festivas do Município.

REQUERIMENTO Nº 3853

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Alcides Reolon, ocorrido no dia 03/11/10, no Município de Nova Prata do Iguaçu-PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de sua esposa, Jardelina Capelesso Reolon.

Sala das Sessões, em 08/11/10.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O que vale não é o tempo que passamos ao lado de quem amamos, mas a qualidade deste tempo compartilhado. A vida não é feita pela quantidade de minutos, de meses ou de anos. A vida, este dom de Deus, vale pela maneira intensa como cada instante é vivenciado e experienciado.

O falecimento do Sr. Alcides Reolon deixou consternada toda a população de Nova Prata do Iguaçu. É impossível definir em poucas palavras sua forma de ser, que foi um exemplo claro de uma vida vivida em intensidade. Esposo, pai, trabalhador e amigo.

As pessoas que conviveram com o Sr. Alcides Reolon são testemunhas da sua benevolência e integridade, e de como era um ser humano generoso. Em sua trajetória sempre deixou claro que não seria mais um nesse mundo, participava ativamente dos assuntos comunitários. Foi Presidente do partido dos Democratas e professor Municipal.

Como pai, criou com muito esmero e disciplina seus filhos e como esposo, sempre foi companheiro, leal e amigo, casado com a Sra. Jardelina Capelesso Reolon, juntos construíram uma vida e souberam cativar simpatias e respeito de todos.

Enfim, adjetivos não faltam para qualificá-lo, uma vez que em vida deixou uma grande marca de honestidade, humildade e caráter. Todos, com certeza, sentirão amargamente sua ausência, pois acima de tudo o Sr. Alcides foi um grande amigo.

Entretanto, somente Deus sabe o plano que traça para cada um dos seus filhos aqui na terra, por isso queremos neste momento de dor e tristeza, manifestar nossos votos de condolências aos familiares do Sr. Alcides Reolon, rogando a Deus que conforte e ampare a todos. Sabemos que é um momento de grande desilusão, mas é preciso ter forças para tocar a vida em frente. Neste hora mais do que nunca as bênçãos de Deus se fazem necessárias.

Aceitem os nossos sinceros votos de pesar.

REQUERIMENTO Nº 3835

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Dr. Julio Santiago Prates Filho, pela sua posse como Reitor da Universidade Estadual de Maringá - Gestão 2010-2014.

Requer ainda, seja dada ciência ao homenageado através de correspondência.

Sala das Sessões, em 08/11/10.

(a) WILSON QUINTEIRO

REQUERIMENTO Nº 3836

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos legislativos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Rio Negro pela comemoração, no próximo dia 15 de novembro, de seus 140 anos de emancipação política.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Alceu Ricardo Swarowski, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Nilson Antônio Paizani bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Rio Negro.

Sala das Sessões, em 08/11/10.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Não poderá haver dia de festa mais jubiloso do que o próximo dia 15/11/10, quando o Município de Rio Negro estará completando seus 140 anos de emancipação política.

Saudamos efusivamente o Sr. Prefeito Municipal, o Sr. Vice-Prefeito e todos os Srs. Vereadores desse importante Município, que vem sendo muito bem administrado por pessoas competentes cuja luta é inspirada pelo desejo de bem servir a população.

Rendemos nossa homenagem e manifestamos nossa gratidão a todos aqueles que continuam dando sua parcela de contribuição para o grande progresso do Município.

Que Deus ilumine seus administradores, pois os ensinamentos divinos sendo cumpridos fielmente sintetizam a maior expressão de dignidade e da afirmação da vida.

Ao contentamento da população honesta e trabalhadora do Município de Rio Negro, une-se o Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, pois estamos felizes todos nós que vemos hasteada a bandeira da esperança no templo do progresso do Município.

REQUERIMENTO Nº 3837

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos legislativos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Honório Serpa, pela passagem no próximo dia 16 de novembro, de seus 18 anos.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Rogério Antonio Benin, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Sebastião Pacheco dos Santos bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Honorário Serpa.

Sala das Sessões, em 08/11/10.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Nada mais reconfortante para o nosso espírito cívico e a nossa fé que saudar o Município de Honório Serpa, pela passagem de seus 18 anos de história, com seu atual Prefeito Sr. Rogério Antonio Benin e ao Vice-Prefeito Sr. Sebastião Pacheco dos Santos bem como a todos os Srs. Vereadores, que encaram o futuro com aquela invisível confiança transmitida pela população.

Uma confiança temperada por inúmeras experiências em que os homens e as mulheres dão a vida pelo Município a vencer os desafios colocados em permanente transformação.

Gostaria de enfatizar, nesta oportunidade a flagrante importância que o Município detém referendada em nossa lei maior. O contato que diuturnamente o Prefeito, Vice-Prefeito e os Vereadores exercitam junto ao povo, lhes fazem um destacado e genuíno intérprete dos mais legítimos anseios e interesses do cidadão perante as autoridades Municipais.

Conhecer de perto no dia a dia os hábitos, os costumes, as tradições e principalmente as aspirações de uma determinada coletividade retempera o espírito, aguça os mais legítimos sentimentos de solidariedade e humanismo, abrindo os horizontes de qualquer ser humano do Município.

Ao contentamento da população honesta e trabalhadora do Município de Honório Serpa, une-se ao Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, pois estamos felizes todos nós que vemos hasteada a bandeira da esperança no templo do progresso do Município.

REQUERIMENTO Nº 3838

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos legislativos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Agudos do Sul, pela passagem, no próximo dia 18 de novembro, de seus 49 anos de emancipação política.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Antonio Gonçalves da Luz, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Augustinho Carlo Tremea bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Agudos do Sul.

Sala das Sessões, em 08/11/10.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Nada mais reconfortante para o nosso espírito cívico e a nossa fé que saudar o Município de Agudos do Sul, pela passagem no próximo dia 18 de novembro de seus 49 anos de emancipação política com seu atual Prefeito Sr. Antonio Gonçalves da Luz, e ao Vice-Prefeito Sr. Augustinho Carlo Tremea bem como a todos os Srs. Vereadores, que encaram o futuro com aquela invisível confiança transmitida pela população.

Uma confiança temperada por inúmeras experiências em que os homens e as mulheres dão a vida pelo Município a vencer os desafios colocados em permanente transformação.

Gostaria de enfatizar, nesta oportunidade a flagrante importância que o Município detém referendada em nossa lei maior. O contato que diuturnamente o Prefeito, Vice-Prefeito e os Vereadores exercitam junto ao povo lhes fazem um destacado e genuíno intérprete dos mais legítimos anseios e interesses do cidadão perante as autoridades Municipais.

Conhecer de perto no dia a dia os hábitos, os costumes, as tradições e principalmente as aspirações de uma determinada coletividade retempera o espírito, aguça os mais legítimos sentimentos de solidariedade e humanismo, abrindo os horizontes de qualquer ser humano do Município.

Ao contentamento da população honesta e trabalhadora do Município de Agudos do Sul, une-se ao Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, pois estamos felizes todos nós que vemos hasteada a bandeira da esperança no templo do progresso do Município.

REQUERIMENTO Nº 3839

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos legislativos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Realeza pela passagem de seu 47º aniversário de emancipação política, no próximo dia 12/11/10.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Eduardo André Gaievski, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Valdomiro Leite bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Realeza.

Sala das Sessões, em 08/11/10.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, homenageia com este voto, a laboriosa população de Realeza, pelo transcurso de mais um aniversário de sua emancipação política. Homenagem esta dedicada aos administradores de todos os tempos.

Realeza é um Município que não é meu e nem seu; ele é de todos os que souberam construí-lo. Esta é a essência da filosofia de todos os que trabalham em favor de seus semelhantes.

Estas palavras são, então, um agradecimento a todos os que deram parte de sua vida em favor desta terra e de sua gente. São também um incentivo a todos os que hoje igualmente se sacrificam, não por si, mas por uma vida melhor para todos.

Parabenizamos portanto, na significativa data de 12 de novembro, a extraordinária população de Realeza que sempre soube lutar e trabalhar, transmitindo aos paranaenses e brasileiros um exemplo, uma lição de vida, o brado de união de todos para o bem comum.

Com todo o respeito que a população de Realeza é merecedora, o Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, orgulha-se em transmitir a todos os melhores votos de felicidades pelo transcurso da significativa data.

REQUERIMENTO Nº 3840

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos legislativos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Amaporã pela passagem de seu 49º aniversário de emancipação política, no próximo dia 12/11/10.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Mauro Lemos, Prefeito Municipal, a Vice-Prefeita, Sra. Francisca Aldenir Almeida da Fonseca, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Amaporã.

Sala das Sessões, em 08/11/10.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Nada mais reconfortante para nosso espírito cívico e a nossa fé que saudar o Município de Amaporã pela passagem de seus 49 anos de história, com seu atual Prefeito o Sr. Mauro Lemos e a Sra. Francisca Aldenir Almeida da Fonseca, Vice-Prefeita e todos os Srs. Vereadores que encaram o futuro com aquela invencível confiança transmitida pela população.

Gostaria de enfatizar nesta oportunidade, a flagrante importância que o Município detém, referendada em nossa lei maior. Os contatos que, diuturnamente, o Prefeito o Vice-Prefeito e todos os Vereadores exercitam junto ao povo, fazem dos mesmos destacados genuínos intérpretes dos mais legítimos anseios e interesses do cidadão perante as autoridades Municipais.

Conhecer de perto, no dia a dia, os hábitos, os costumes, as tradições e, principalmente, as aspirações de uma determinada comunidade, retempera o espírito, aguça os mais legítimos sentimentos de solidariedade e humanismo, abrindo horizontes de qualquer ser humano do Município de Amaporã.

É justamente no exercício de sua sabedoria que os Municípios costumam entender-se ou associar-se entre si, seja para estabelecerem objetivos comuns na realização do trabalho e do bem-estar da população, seja para fixar políticas de apoio ou preservação dos mais diversos campos da atividade e interesses regionais. Não resta dúvida portanto de que esses entendimentos somente podem ocorrer num cenário de cooperação igualitária entre os Municípios.

Para os homens públicos, condutores do destino do Município, a obrigação e a responsabilidade nesta reflexão são ainda maiores, sejam elas do Executivo ou Legislativo em todas as esferas do Poder Municipal.

Não podemos permitir que a desesperança confisque o nosso espírito. Acima de tudo é preciso acreditar, lutar para que melhores dias aconteçam e que uma sociedade municipal seja realmente próspera, justa e igualitária.

Parabenizamos, nesta oportunidade, as autoridades constituídas do Município de Amaporã, e a população em geral pela comemoração de seus 49 anos de emancipação política no próximo dia 12 de novembro.

REQUERIMENTO Nº 3841

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos legislativos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Contenda pela comemoração, no próximo dia 14/11/10, de seus 59 anos.

Requer outrossim, que da decisão da casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Hélio Luis Boçoen, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Carlos Eugênio Stabach bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Contenda.

Sala das Sessões, em 08/11/10.

(a) ANRONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Não poderá haver dia de festa mais jubiloso do que o próximo dia 14 de novembro, quando o Município de Contenda completará seus 59 anos.

Saudamos efusivamente o Sr. Prefeito Municipal, o Vice-Prefeito bem como todos os Srs. Vereadores e a população em geral pela comemoração da significativa data.

O compromisso da atual Administração sempre foi trabalhar para fazer cumprir o seu papel gestor, garantindo o desenvolvimento da Cidade, o bem-estar e a boa qualidade de vida da população.

Pois, ao serem eleitos, tanto Prefeito como Vereador, recebem uma delegação para agir em nome do interesse do povo, e cabe a sociedade fiscalizar sua atuação.

O Sr. Prefeito Hélio Luis o Vice-Prefeito Carlos Eugênio e todos os Srs. Vereadores muito têm feito em favor da população, e temos certeza continuarão fazendo até o final do mandato através de um trabalho sério e incansável.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, sente-se honrado em parabenizar a população de Contenda pela comemoração de seus 59 anos.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

O primeiro orador inscrito é o Deputado Neivo Beraldin, a quem concedemos a palavra.

Deputado Neivo Beraldin (PDT)

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, Deputado Nelson Justus, Sras. e Srs. Deputadas.

Subo à tribuna nesta tarde para falar um pouco da grande preocupação que temos vivido na Cidade de Curitiba em relação ao trânsito. Hoje as pessoas têm grande dificuldade de andar na nossa Cidade de Curitiba, devido ao número excessivo de automóveis e essa tendência vem se confirmando ao longo do tempo e a população de Curitiba e da Região Metropolitana tem sofrido muito com isso. Quando o trânsito é muito pesado, não só dificulta para os veículos, mas também dificulta todo um sistema que deveria ser mais ágil e, estamos hoje com as mesmas dificuldades que tem basicamente São Paulo e outras grandes Cidades brasileiras e do mundo. Do mundo até diria que não, porque no pequeno mundo se usa um meio de transporte que não é usado aqui, que é o trem sobre trilhos, que é o metrô, o bonde elétrico, que desafoga todo o sistema que envolve a metrópole, seja de Curitiba, seja de Nova Iorque, dos Estados Unidos, da Europa, seja do Japão e até aqui mesmo no Brasil as grandes Cidades utilizam o trem como meio de transporte para desafogar o trânsito.

Senão vejamos, Recife usa linhas de trem como meio de transporte, Fortaleza faz o mesmo, Minas Gerais é a mesma coisa, Brasília e Rio de Janeiro também, São Paulo nem se fala porque são 3 milhões de passageiros por dia, sendo que eles não pegam ônibus para ir e vir de casa para o trabalho ou do trabalho para casa mas eles pegam o trem, que tem hora marcada de saída e hora marcada de chegada e é movido a energia elétrica - portanto muito mais barato - e acontece isso em Porto Alegre também.

Passa a usar o horário da Liderança do PDT

Pensando e preocupado com essa questão, para que as palavras não sejam soltas ao vento, no passado promovi nesta Casa um seminário nacional, para discutirmos esse assunto e para ouvirmos dessas metrópoles brasileiras como funciona o meio de transporte de trem naqueles Estados. Aqui estiveram todas as capitais brasileiras,

todos os representantes das empresas. O que seria hoje de Porto Alegre e São Paulo se tirarmos esse meio de transporte? Seria o caos. Belo Horizonte disse isso também. Está aqui nas notas taquigráficas aquele seminário aonde vieram os técnicos e os presidentes das empresas para colocarem como funciona essa sistema nos seus Estados.

Faço este breve histórico, para chegarmos na nossa realidade em Curitiba e Região Metropolitana. Existe um plano diretor elaborado em 1943 por Alfredo Hagashi. Ele elaborou esse plano em 1943 e reformado, logo após, em 1965 pelo Prefeito Ivo Arzua e sua equipe. E esteve aqui também o Sr. Jorge Willian, de São Paulo, que hoje administra o sistema de transporte metropolitano de São Paulo, e constatou que o Hagashi já planejou a Cidade de Curitiba e Região Metropolitana pensando no futuro, na interligação do transporte rodoviário com o transporte ferroviário.

Quero fazer um chamado para que as pessoas façam, como eu fiz ao longo do tempo, que não é a primeira vez que subo à tribuna para falar deste assunto. Fiz acompanhado de engenheiros, por exemplo o Engenheiro Airtorn Cornelsen, que foi Diretor da SUDESUL no Governo Richa, e que encomendou um estudo de engenharia e de viabilidade técnica e econômica do que vou falar aqui. Se alguém tiver a curiosidade pegue aqui um carro e siga a nossa estação de Curitiba chegará na Fazenda Rio Grande. Na verdadeira Linha Verde. São 11,40m de largura, que é perfeitamente possível estabelecer três linhas de trem. Colocando um trem que vai e outro que vem, e ainda dá para preservar o trem de carga que existe hoje. E ainda tem espaço para uma ciclovia, paisagismo e tudo mais que quiser. Funcionaria mais ou menos assim: pára na estação de trem, exatamente nas conectoras, desce do trem e sobe no ônibus; desce do ônibus e sobe no trem. Agora, se você vem diretamente da Fazenda Rio Grande ou vem de Araucária vem direto para Curitiba. Agora, se você mora em Piraquara, Pinhais, você simplesmente vem parar em Curitiba. Não precisa parar no Guadalupe. É evidente se todos os ônibus oriundos da Região Metropolitana, continuarem ingressando no centro da Cidade, vamos ter uma superlotação de ônibus e uma dificuldade de transporte de passageiros.

Então, quem vai de Rio Branco do Sul, Almirante Tamandaré, Itaperuçu, também tem o traçado de 12 metros disponível. Não é necessário despropriar 1m2.

Aí que está a grande vantagem, você já usa o espaço que tem, que é da Rede Ferroviária Federal, e você monta um sistema elétrico, com hora marcada de saída, chegada, usando pneu de borracha, portanto silencioso e tirando esse sistema de transporte de carga que tem hoje. Na verdade, esse sistema deve ser retirado porque perturba os curitibanos. O trem de passageiros não é barulhento, é silencioso e tem todas as características que levam uma vantagem, menos poluição e tudo mais.

Muito bem, falei desses trechos. Agora, posso falar de um outro trecho que liga o Tatuquara à Colônia Orleans, onde tem o linhão da COPEL. Esse linhão da COPEL, é só colocar os trilhos de trem embaixo e comprar o trem que você quiser, da Espanha, do Japão, da cara que você quiser, que o Governo quiser - compra a cara que quiser porque o Governo Covas fez isto em São Paulo. O Governador de saudosa memória, comprou os trens da Europa e colocou em São Paulo. O Paraná, Curitiba e a região podem comprar da Espanha, do Japão, de onde eles quiserem, porque um trem com oito anos de uso já não é mais utilizado pelo sistema de lá, mas aqui, com um pequeno reparo, pode ser perfeitamente utilizado para o meio de transporte de Curitiba e da Região Metropolitana.

Agora, se vocês pararem para pensar, temos aqui ligando a rodoferroviária a Renault de São José dos Pinhais, já a terraplanagem está pronta, não há mais o que fazer em termos de terraplanagem, e temos o linhão da COPEL em cima. Então, o bonde elétrico seria uma quarta alternativa de saída do Município de São José dos Pinhais, interligando com Curitiba. Acho que este é um momento ímpar da história de Curitiba e da Região Metropolitana para que isso aconteça. Por quê? Por que o Prefeito de Curitiba é amigo pessoal do Governador eleito Beto Richa. O entendimento de Curitiba com o Governo do Estado, com a participação da COMEC, com a participação do IPPUC, há de se chegar esse bom termo. Não tem outra lógica para desafogarmos o trânsito de Curitiba, a não ser interferirmos diretamente na questão dos ônibus que estão superlotados por passageiros, que as pessoas estão pagando um alto preço na sua qualidade de vida.

Pensem vocês: não é fácil às 6h da manhã, sair lá de Almirante Tamandaré, muitas vezes, e trabalhar na Cidade Industrial. Não é fácil você morar na Fazenda Rio Grande e vir de ônibus para trabalhar no centro de Curitiba. Além do passageiro estar pagando um alto preço na sua qualidade de vida, também está causando um problema na questão do engarrafamento que temos hoje em Curitiba.

Vou deixar uma outra sugestão que acho que pode ser uma forma de amenizar um pouco a questão do trânsito de Curitiba: são as garagens subterrâneas. Vocês não precisam ir longe, saia aqui da Assembleia Legislativa, frequentem o Palácio Iguaçu o Tribunal de Justiça, que vão verificar que não há mais espaço para estacionamento. É muito simples: já tem o projeto para uma garagem subterrânea embaixo do Fórum de Curitiba para 5 mil carros. Será que o Poder Público não poderia dar uma concessão para uma empresa privada fazer um investimento e ressarcir-se do investimento ao longo de um determinado tempo, para que essas garagens subterrâneas possam ser feitas? Se acontece em Buenos Aires, se acontece em todo lugar do mundo, por que aqui não acontece?

Olha, são muitos espaços em Curitiba que temos que pensar nessa questão de garagens subterrâneas.

Então, meus companheiros, lembro a V. Exas. que vão ficar aqui nesta Casa, sobretudo os que vão representar Curitiba e a Região Metropolitana: não esqueçam dessa questão de utilização da malha ferroviária como meio de transporte coletivo mais barato, mais rápido, com hora marcada de saída e de chegada, mais silencioso, mais econômico, e sobretudo mais justo para a população que necessita de um meio de transporte popular.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Douglas Fabrício, no Pequeno Expediente.

Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero cumprimentar o pessoal da imprensa e as pessoas que nos assistem através da TV SINAL.

Vou usar o Pequeno Expediente rapidamente, só para deixar um registro aqui.

(Lê):

A equipe mourãoense de basquete masculino conquistou o bicampeonato paranaense da categoria ao vencer fora de casa neste domingo (7), a forte equipe do Londrina por 91 a 84.

Com a vitória, a equipe da Campo Mourão está garantida na Copa Brasil de basquete, que equivale à segunda divisão brasileira.

Escalção do time campeão: Jeferson Gonçalves, Carlos Bueno, Gledman Borracha, Cleiton Macedo, Fernando Reis, Willian Santos, Rafão Godói, Juninho Silva, Mateus Raschen, Bruno Borges e Lucas Garcia.

O time é dirigido por Emerson Souza, auxiliado por Eliseu Souza e com a supervisão de Izidoro Bueno.

O basquete mourãoense é patrocinado pela FECAM e Faculdade Integrada, através da Lei de Incentivo ao Esporte. Na próxima sexta-feira o time estréia, em Campo Mourão, contra Caxias do Sul pela Copa do Brasil de Basquete.

Então, queria parabenizar toda a equipe mourãoense e os mourãoenses também por essa conquista nesse final de semana. Deixar esse registro aqui na Assembleia Legislativa. Aparentemente pode ser apenas um registro simples, mas tem um valor importante para a Cidade, principalmente quem gosta de basquete. Quando Campo Mourão joga, a população lota o ginásio para assistir, eu mesmo estive por diversas vezes assistindo os jogos. E agora foi bicampeão do Campeonato Paranaense. Então, só deixar o registro e o voto de parabenização.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra neste instante ao Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente Deputado Nelson Justus, Deputado Dr. Batista, este médico humanitário que tanto tem ajudado a população de baixa renda, operando aqueles que não podem pagar, demais Deputados, colegas Parlamentares, paranaenses, cidadãos de um modo geral.

Hoje, pela internet, estamos falando aqui e alguém lá no interior da China, do Japão ou da Índia está nos acompanhando. A todos que acompanham os trabalhos desta Casa, o nosso respeito.

Recebo e-mail do Aldo Moraes, meu amigo de Londrina, que me agradece pela apresentação de emendas para ajudar as entidades filantrópicas, como asilos, creches, orfanatos e hospitais que atendem a população de baixa renda, aos pobres. Temos essa brecha, esse instrumento, o poder de apresentar emendas, e fazemos isso com muita alegria. É o mínimo de contribuição que pode se dar a quem pratica, de fato, a caridade e a filantropia. Porque está cheio de demagogos, que usam nome de igreja e de entidades e arrecadam milhões em nome da caridade pública, e muitas vezes o dinheiro vai para bolso de maus dirigentes de entidades. Isso não é regra geral.

O nosso carinho, gratidão e homenagem a quem, com Deus no coração, pratica a filantropia, distribui o amor e procura estender a mão e o coração a quem precisa. Esta é a filosofia da nossa querida equipe de trabalho, que é toda entrosada no sentido de dedicar atenção, amor e respeito a quem bate à nossa porta, em nosso gabinete.

Vejo uma coisa boa que aconteceu e de outro lado ruim. No Ponto Frio, que agora foi comprado pelo Pão de Açúcar, um cidadão de nome Francisco Souza comprou um fogão, pagou o frete, que deveria ser entregue em três dias, no máximo, na sua casa. Passaram dois meses e onde estava o fogão que ele havia comprado no Ponto Frio? Ele acionou e processou a loja. Hoje há instrumentos que defendem os consumidores. Por esta razão, o Ponto Frio foi condenado por danos morais e teve que pagar R\$ 2 mil ao cidadão.

Eu acho que R\$ 2 mil não compensam, porque o advogado leva uma parte da indenização, fora a dor de cabeça que o cidadão passa durante a tramitação. Mas de qualquer maneira é uma punição para o Ponto Frio. Esperamos que toda organização comercial e empresa que não cumprir com sua obrigação e vender um produto danificado ou não entregar em um determinado prazo e o cliente for prejudicado, o nosso desejo é que a Justiça puna todos, sejam eles pequenos, médios ou grandes empresários. Defendemos uma punição de um modo geral, para fazer respeitar, de fato e de direito, aquilo que está estabelecido quando compramos uma determinada mercadoria.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Às vezes a pessoa compra um doce, uma bebida, uma comida, um remédio, às vezes está estragado, ou vencido; ou compra um eletroeletrônico e não funciona. Já cheguei a falar desta tribuna, comprei uma geladeira da Brastemp e, antes que vencesse o prazo de garantia, a geladeira deu problema. Mandeí carta até para o presidente da Brastemp e não adiantou coisa nenhuma. Uma empresa poderosa, que fabrica produtos maravilhosos, mas no meu caso específico a Brastemp vendeu um produto estragado, não aguentou nem até o prazo de validade e de repente tivemos que comprar uma outra geladeira. O que custaria para a Brastemp trocar o produto danificado? Se aconteceu comigo, como Deputado, imagine o cidadão que não é Deputado, da camada mais simples e que não conhece sequer os seus direitos.

Quando vemos esses casos, ficamos imaginando que melhorou muito a Lei de Defesa do Consumidor, mas ainda é preciso que todo cidadão tenha conhecimento dos seus reais direitos. E quem vai julgar que também tenha a consciência do direito do consumidor. Porque se a ação cair nas mãos de um Juiz ou Juíza que não conhece a Lei de Defesa do Consumidor, muitas vezes a ação vai ficar engavetada ou vai ser negada, não vai prosperar. A pessoa vai ter mais despesa e não vai ter, quem sabe, a troca do produto.

Para terminar, Presidente Nelson Justus, o Brasil está diante da iminência, da possibilidade da ocorrência de um grande estelionato eleitoral na cabeça de milhões de eleitores que votaram em Dilma Rousseff para Presidente. Não tenho o cálculo de quantos votos ela teve, só sei que chegou a quase 12 milhões de diferença de votos sobre o José Serra. Mas, nem terminaram de comemorar a vitória, que já era antecipada pelas pesquisas, quase que isso ocorre já no 1º turno, mal terminaram as eleições e já estão acenando um verdadeiro estelionato. Um golpe na cabeça do povo brasileiro, falando em trazer de volta a tal da CPMF. Para quem não sabe, o imposto do cheque.

Estava vendo o noticiário sobre a economia do Brasil, mesmo sem a tal da CPMF a Receita Federal arrecadou o equivalente a duas CPMFs. Desse dinheiro, que foi a superarrecadação da Receita Federal, não foi quase nada de dinheiro para a área da Saúde! Agora, estão com a novela, quase fazendo o povo chorar de dó: “Coitadinho do Governo!” Vamos fazer uma promessa, carregar uma cruz, ir a pé até Aparecida, para fazer uma promessa para passar a tal da CPMF. Coitadinhos precisam de dinheiro para a Saúde!” E a notícia está aí: a Receita Federal arrecadou o equivalente a duas CPMF e a Saúde Pública continua precária, de baixo nível, faltando hospital, médico, ambulância, enfermagem, vontade política em restaurar a saúde de quem está doente e preservar a vida de quem quer viver um pouco mais. Na minha ótica isso se chama golpe eleitoral, esperar o povo depositar o voto na urna e o presente, a gratidão que eles estão querendo agora com

a utilização de Governadores fazendo o meio de campo para cruzar a bola, ou alguém marcar o gol e dizer: “Até não queria CPMF, mas a exigência foi grande, fui até constrangido e estamos implantando a CPMF de volta.” Isso é golpe na cabeça do povo brasileiro que não merece! É uma sujeira eleitoral!

Concedo o aparte ao Deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Deputado Belinati, tenho uma outra receita que aliás já foi dada pelos Deputados congressistas que é a Emenda nº 029 que tramita no Congresso Nacional. Esta emenda determina que o Estado cumpra o que está na Constituição: os investimentos em Saúde. Por acaso eu percebi, ao longo do tempo, que esta Emenda nº 029 não tem recebido apoio e assistência por parte do Governo Federal para que ela passe no Congresso Nacional. Eu me permiti usando a Constituição Federal e a do Estado do Paraná para colocar uma emenda complementar aqui na Assembleia Legislativa para que se invista nos Estados, no caso do Paraná, 12% em Saúde. Hoje o que vem acontecendo é que se chega a 8%, perto de 9%, mas utilizando saneamento básico, mil subterfúgios para fazer a contabilidade dizer que investiu 8, 9% em Saúde. Isso sem contarmos que é preciso haver uma fiscalização efetiva tanto nas Secretarias de Estado como nas Municipais em relação a compra de medicamentos. Porque eu não quero acreditar que o Governo compre aquele medicamento e, receba aquele medicamento efetivamente, muitas vezes, é preciso dizer que se recebe apenas a nota fiscal e o estoque não corresponde àquilo que foi comprado. Por isso sou sempre defensor da melhor fiscalização da máquina administrativa pública, que nos Municípios cabe aos Vereadores e nos Estados as Assembleias Legislativas. Porque na verdade o povão, na ponta, vem sentindo a falta destes medicamentos que se perdeu no caminhão, na viagem da origem até onde deveria ser estocado. Esta é uma questão que precisa ser profundamente analisada!

Quanto a Emenda nº 029 que tramita no Congresso Nacional, acho que a Assembleia Legislativa do Paraná pode sim dar o primeiro passo e ser a Assembleia pioneira do Brasil colocando os 12% do orçamento público para a Saúde!

Obrigado.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Obrigado nobre Deputado. Para resumir, Sr. Presidente, para o povo entender bem: estão querendo implantar a CPMF de volta, ou seja, em toda operação financeira vai ter mais um imposto. O dono da indústria, tendo que pagar um imposto a mais para o Governo, vai vender a mercadoria mais cara; a loja tendo que pagar CPMF a mais venderá o remédio, o alimento, a roupa, tudo mais caro para o consumidor. A luz vai ficar mais cara, o transporte vai ficar mais caro, o combustível, o alimento, o remédio, tudo vai ficar mais caro.

Então, quem é que vai arcar com esse golpe eleitoral, com esse estelionato eleitoral? É a população brasileira de um modo geral. E os mais sacrificados, como sempre, serão os de baixa renda e a população mais pobre deste País. É um presente pós-eleição que faz com que só aumente a descrença e o desrespeito dos eleitores para com a classe política brasileira.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Pequeno Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Peço desculpas ao Sr. Antonio Belinati, não ouvi todo o seu pronunciamento, mas parece que V. Exa. estava discorrendo sobre a questão da possível volta da CPMF no Brasil. Tomara que não aconteça. Mas alguém já disse uma vez: “Queres conhecer o homem, dê poder, aí ele mostra a sua cara e mostra as suas garras.” Mas o Brasil não elegeu o homem, o Brasil elegeu uma mulher, mas a mesma frase também daria para aplicar para as mulheres. Não para todas as mulheres, não vamos generalizar nem para os homens e nem para as mulheres. E vamos acreditar, naquilo que os candidatos pregaram durante a campanha. Acho que já está na hora da própria Justiça Eleitoral e o Congresso Nacional tomarem algumas providências com relação ao pleito eleitoral. Nós nos manifestamos aqui desta tribuna, logo após as eleições em relação às pesquisas eleitorais. Falamos também desta tribuna da necessidade do Congresso Nacional de fazer algumas alterações tanto na Legislação Eleitoral, como também na Legislação dos partidos que temo hoje no nosso Brasil.

Sabemos que avançamos um pouco, mas não o suficiente. Existe meio enrustido, meio escondido a questão da fidelidade partidária. Mas de uma verdade nós sabemos, temos demais partidos no Brasil. Conheço um Município que tem em torno de 5 mil habitantes e neste Município existem 16 partidos registrados. E no Município que não tem 90 mil habitantes hoje, tem apenas nove Vereadores. O máximo de partidos que poderia existir um Município desses seriam nove partidos, e tem 16. Só tem nove cadeiras na Câmara Municipal. O Congresso Nacional tem que acordar da necessidade de coibir que partidos usem a sigla para negociar cargos, ou negociar tempo na televisão. Imaginamos quanto vale 30 segundos para um candidato a Presidente da República, ou para um Candidato ao Governo do Estado quando você fala em rede estadual ou em rede nacional.

Agora digo que é necessário que os candidatos cumpram com aquilo que prometem ou com aquilo que eles pregam no seu programa de Governo que é levado, através do programa eleitoral para os eleitores, com o objetivo único de conquistar o voto. Aliás nessa eleição,

eu nunca vi na história republicana do nosso País, um Presidente da República se expor tanto politicamente, como se expôs nesse último pleito. Aliás, acho que é necessário quando um Chefe do Executivo, quando ele não vai para a reeleição, mas ele apoia alguém da sua preferência há necessidade de se licenciar, entregar o cargo para que seu substituto legal pudesse assumi-lo.

Quantas viagens foram feitas pelo Brasil, pelo Presidente da República, que durante o dia participava de algumas solenidades oficiais do Governo, mas à noite o seu compromisso era político, era eleitoreiro, era eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. usa o horário dos Democratas?

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Queria o horário do Grande Expediente.

(Assentimento)

Passa a usar o horário do Grande Expediente

Dizer que nós tivemos no Brasil, claro, as eleições no início de outubro, em alguns Estados o 2º turno, e no Brasil também. Aliás os debates surgiram os mais diversos - vamos falar a nível nacional agora. Dois candidatos a Presidente da República disputando a eleição no 2º turno. Falo hoje, porque na semana passada depois do 2º turno não estive aqui na Casa. Fiquei cinco dias fora. Mas, o que nós ouvimos durante os debates que envolveram os dois candidatos a Presidente da República, tanto a Dilma Rousseff como o próprio José Serra. Os dois assumiram compromissos que estão registrados. Os dois candidatos tinham programas de Governo, que estão guardados. Aliás, os dois candidatos falaram que da desoneração da folha de pagamento para empresário - isso aconteceu no último debate - os dois candidatos falaram sobre a necessidade da reforma tributária de diminuir, aliviar a carga tributária, que pesa hoje no bolso do consumidor. O empresário é o repassador de impostos, ele compra a mercadoria, repassa ao consumidor e faz a sua planilha de custos. Nessa planilha de custos, lógico, está incluído o quê? Os impostos. Os dois candidatos fizeram esse compromisso com a Nação de rever, efetivamente, a carga tributária, que é muito pesada no nosso País.

Uma das questões que foi levantada foi a CPMF. Aliás, diga-se de passagem, a CPMF que acabou em 2007, 2008, quando a relatora era Kátia Abreu, do Partido Democratas, e o Senado da república derrotou a CPMF, não a postergou, não a prorrogou e ela caiu fora. Diziam, quando a CPMF foi criada, que ela tinha o objetivo de servir à Saúde. sabemos que dos 40 bilhões que o País arrecadou na CPMF por ano, quanto foi aplicado? Dez bilhões, pouco menos ou pouco mais, na Saúde; o resto aplicado em outras finalidades.

Agora, quando se fala em CPMF, a Presidente eleita - ao menos eu estou dizendo o que os jornais, o que a imprensa diz - não tem pretensões de instituir, ou mandar um projeto para o Congresso criando a CPMF. Mas, um dos seus porta-vozes, o Presidente do PT e participante da comissão de transição - aliás, a equipe de transição é o Governo que sai, é o Governo que entra, é sequência, e a Dilma sempre fala que vai dar continuidade ao trabalho que o Luiz Inácio Lula da Silva tem feito e que ela vai honrar o legado que ele está deixando para ela, que ela dará continuidade, efetivamente, no Programa do Presidente Lula. Agora o Presidente do PT, que é participante da Comissão de Transição, José Dutra, já fala do assunto. Qual é o assunto? A CPMF. Repetindo o que ele disse: "Todos os Governadores apoiam a implantação da CPMF". Palavras do Presidente do PT Nacional, José Eduardo Dutra.

Primeiro cabe algum comentário, não é verdade essa afirmação. O Governador eleito do Paraná, Beto Richa, desmente essa afirmação. Beto diz que apoia uma reforma tributária que aumente a competição das empresas brasileiras, não reimplantação da CPMF pura e simples. Sabe-se que outros Governadores do nosso País, como Geraldo Alckmin de São Paulo, Colombo de Santa Catarina, estão na mesma linha do Governador eleito Beto Richa.

Não adianta o Presidente ou a Presidente eleita Dilma vir afirmar que ela não manda projetos sobre a CPMF. Não tem mas, se ela não quiser, nem Sarney se atreve a apresentar o projeto. Vamos parar com essa enganação, vamos ver efetivamente, a partir do ano que vem, se a Presidente vai ser essa mulher dócil, amável aquilo que ela apresentou na campanha, ou ela vai mostrar as suas garras ou a sua cara.

Essa é a indagação e é isso que perguntamos.

A aprovação da nova CPMF é um tapa na cara dos 55 milhões que votaram nela e nos 43 milhões que tentaram, eleger o Serra.

Falar em recriação da CPMF logo após as eleições, e falado por quem? Pelo Presidente do partido que elegeu o Presidente da República. Seguido também por alguns partidários da Presidente eleita, tanto no Senado, como na Câmara Federal.

Não é possível de acreditar que duas ou três semanas após as eleições que elegeram a Presidente da República livre e democraticamente, nós respeitamos. Não me canso de dizer que respeito os resultados das eleições sempre.

Em 2006 o Osmar Dias foi derrotado por menos de 0,1% dos votos no Paraná e perdeu por causa das pesquisas. Apoiamos o Osmar Dias naquela época e aceitamos o resultado.

Foram 5 mil e 300 votos que definiram as eleições em 2006. Agora os eleitores do Paraná elegeram Beto Richa. Apoiamos o Beto. Ficamos aqui na Assembleia oito anos na Oposição, esperamos que o Beto Richa a partir do ano que vem aceite as parcerias entre o público e o privado;

que o Beto Richa se preocupe com a infraestrutura necessária no nosso Estado, para que possamos tornar o Estado do Paraná competitivo, seja aravés das rodovias, seja através de hidrovias, seja através do Porto de Paranaguá, seja através das rodovias, isso é necessário.

O que não podemos aceitar e espero que a imprensa que tem noticiado e trouxe à tona essas notícias da recriação da CPMF não passe de boato, que a Dilma seja aquela mulher dócil e amável que foi na campanha, que ela não seja diferente na hora de administrar.

Só existe uma coisa que confirma os atos de cada pessoa, o tempo. O tempo é a razão de si. O tempo se encarrega de confirmar a veracidade daquilo que as pessoas afirmam. O tempo se encarrega de desmentir as pessoas naquilo que elas afirmam.

Espero que a imprensa esteja errada, espero que o povo brasileiro não venha sofrer dessa malfadada taxa, ou seja, a CPMF que estão falando em recriar para enganar o povo.

Concedo aparte ao Deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

V. Exa. há de compreender também que na infraestrutura é preciso pensar na hidrovias. A hidrovias do Ivaí é um meio de transporte muitas vezes mais barato e é uma maneira de livrarmos a destruição do nosso asfalto, dos nossos pneus, que são vendidos para os americanos. Mas, o Estado do Paraná só vai crescer em qualidade de vida, em receita pública, quando industrializarmos nossa matéria-prima. Isto significa investir na agroindústria. Porque se somos o maior produtor agrícola do País, não podemos ser o maior Estado a exportar matéria-prima sem a sua industrialização, deixando de agregar valor em toda a cadeia produtiva. Somos os maiores exportadores de algodão do País, não fazemos um metro de tecido no Paraná, somos o maior exportador de seda do País, maior exportador de rami, falo por ser da nossa área. Mas, também, o maior exportador de soja do País, onde poderíamos exportar o óleo.

Então, acho que o Governo, para fazer a diferença - mesmo - para elevar este Estado ao ponto que ele merece, o Governo tem que investir maciçamente na agroindústria, valorizando as vocações regionais e valorizando nossa produção. Nossa produção tem que gerar renda e empregos. Assim, teremos um Estado diferenciado. E enxugar esta máquina administrativa, diminuindo Secretarias, cortando gastos públicos, restabelecendo ou estabelecendo a ética e a moral na Administração Pública. É isso que eu acho que o futuro Governador Beto Richa vai, sem dúvida, seguir este caminho que estamos falando. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Muito obrigado, Deputado Neivo Beraldin. Pena que nos últimos dois anos o Paraná parou. E vamos falar de agroindústria. Vou falar da minha região, que conheço, que é o Oeste do Paraná e de algumas outras regiões também.

Tínhamos, antes da era Requião, tínhamos a Sadia na Cidade de Toledo. Que graças aos incentivos do Governo, ampliou sua capacidade. Tivemos antes da era Roberto Requião, nos oito anos do Governador Jaime Lerner, a implantação do frigorífico lá na Cidade de Matelândia. Tivemos a implantação do frigorífico da COPAVEL, na Cidade de Cascavel. Tivemos a ampliação do frigorífico COPACOL, na Cidade de Cafelândia. Tivemos a instalação do frigorífico de aves na Cidade de Palotina, da Cooperativa CEVALE. Tivemos a implantação do Frigorífico COPAGRIL, na Cidade de Marechal Cândido Rondon. São todas agroindústrias.

Tinha, na Cidade de Toledo, uma empresa criada no tempo da COPAGRO, uma indústria de fiação, que comprava algodões do Paraná e de outros Estados, que faliu. E hoje, temos empresários arrojados na Cidade de Toledo, que deve ser uma das maiores indústrias, se não do Brasil, talvez até das Américas, na fabricação do fio. É uma agroindústria. Não temos algodão suficiente aqui no Paraná para abastecer esta indústria. E esta indústria compra algodão na Bahia, no Mato Grosso, em Mato Grosso do Sul, em outros Estados, compra algodão para transformar - aqui no Paraná - o algodão em fio. O fio, não sei se vai para fora dos Estados, para outros Estados.

Tivemos, na era do Jaime Lerner, o Presidente da Casa, Deputado Nelson Justus, que começaram o projeto de industrialização do Estado do Paraná para que deixássemos de ser, sim, um fundo de quintal do Estado de Santa Catarina, de São Paulo, e passássemos a ser um Estado industrializado. E depois, sucedido pelo hoje Deputado Federal, Eduardo Sciarra, as indústrias que vieram foram naquela época. E não só as agroindústrias.

Poderia falar também das agroindústrias da carne suína, que abatiam e vendiam apenas a carcaça e depois se transformou em cortes nobres, que estão sendo comercializados para o Brasil, mercado interno, e também para o exterior, para agregar valores para o Município e para o Estado. E como é que se faz isso?

Desde que você respeite as empresas privadas. Você deve respeitá-las, aceitá-las como parceiras para desenvolver e alavancar a economia no Estado. Isso que é necessário no Estado e não aumentar impostos, não. Não se deve aumentar impostos mas pelo contrário, deve-se reduzir impostos e já discutimos isso aqui na Assembleia Legislativa quando tivemos a minirreforma tributária. O Governo tem que encontrar alternativas, ser criativo e aumentar a receita através da industrialização e agregar. Não é só produzirmos a matéria-prima e ela ser industrializada e outros Estados ou outros Países, mas fazer com que a matéria-prima que produzimos no Estado do Paraná possa ser industrializada e virar produto final no nosso Estado, porque o maior valor dos impostos está no valor agregado e não no valor primário, não na matéria-prima mas no produto final. Mas infelizmente não tivemos isso, nos últimos anos, no Estado do Paraná.

Então, seriam estas as colocações que queria fazer. A Dilma tem que ser criativa, porque 55 milhões de brasileiros acreditaram nela e ela não tem esse direito de agora, recém-eleita, se não ela mas seus porta-vozes, seus apadrinhados políticos, de chegar e dizer que a CPMF pode ser criada não por iniciativa de um projeto do Executivo, mas sim por iniciativa do próprio Parlamento. Ora, ninguém iria falar isso de graça! Ninguém gostaria de se “queimar”, nenhum Deputado e nenhum Senador gostaria de se “queimar” com a opinião pública, em querer apresentar um projeto para aumentar impostos. Alguém está orientando, alguém está dizendo. Espero que esteja enganado, espero que aquilo que tenho lido, ouvido e assistido não seja a verdade.

Finalizo as minhas palavras repetindo mais uma vez: espero que a Presidente da República tenha sucesso, êxito no seu mandato. É isso que a sociedade brasileira espera, que a sociedade do Brasil e principalmente os eleitores não recebam um tapa na cara, como a imprensa tem noticiado.

Obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário da Liderança do PT, com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Liderança do PT: Deputado Tadeu Veneri

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Gostaria, antes de usar o horário da Liderança que me foi concedido, apenas de fazer uma consideração, Deputado Elio Rusch, uma ponderação com relação a esse suposto retorno do imposto do cheque, da CPMF. Acho que antes de qualquer coisa é preciso primeiro que tenhamos a clareza se de fato isso existe ou não. Também concordo que é preciso que tenhamos a regulamentação da Emenda nº 029, porque não adianta falar em Saúde sem regulamentar a Emenda nº 029, porque é simplesmente colocar recursos em algo que não sabemos: o que de fato pode e não pode ser gasto com Saúde e o que é gasto com Saúde. Em terceiro, apenas quero fazer uma ponderação aqui porque quando se fala em 0,1 e há toda essa movimentação, essa mobilização contrária, legítima em alguns casos porque se diz que ela é cumulativa e incide diversas vezes sobre a cadeia produtiva, por outro lado é preciso também entender que surpreendentemente não há - e me parece que isso só será possível se tivermos uma ampla reforma tributária - mas não há até agora, pelo menos que eu tenha visto, nenhuma manifestação pela redução do ICMS. Ora, o ICMS é um imposto muito maior, com muito mais volume, com uma arrecadação muito maior, e que não vejo, pelo menos publicamente, nem Governador, nem Ministro, nem Secretário de nenhum partido, fazer qualquer tipo de consideração do ICMS.

Segundo, o que me chama a atenção também é porque quando se falou em CPMF pela primeira vez, com todas essas considerações que foram feitas aqui, e quando foi implantada a CPMF, houve uma surpresa nos primeiros meses de arrecadação. Agora se fala em CPMF para valores acima de R\$ 3 mil e 200, e para aqueles que recebem inclusive salários acima desse valor. Quanto por cento da população recebe acima de R\$ 3 mil e 200? Muito pouco, menos de 5%. Mais ainda, quando a CPMF começou a ser cobrada, os maiores arrecadadores da CPMF, ou os que mais pagaram CPMF, pessoas físicas e jurídicas, muitos estavam no Imposto de Renda, faziam as declarações como isentos, o que obviamente comprova que a sonegação é imensa. Como uma pessoa pode se declarar isenta e ao mesmo tempo ser um dos grandes arrecadadores, ser um daqueles grandes recolhimentos feitos por CPMF?

Então, estou colocando isso porque é preciso ter muita tranquilidade, muita calma quando se faz esse debate. Acho que o debate correto é o que leva-nos a fazer com que tenhamos no País, de fato, uma reforma tributária, junto com as demais reformas que são necessárias. Agora, não criar um factóide em cima de algo que não existe. Muito menos dizendo: “Olha, o Governador A, B ou C já disse que é contra”. Dizer que é contra é uma coisa, ser contra é outra bem diferente, até porque todos os Partidos, PT, PMDB, PSDB, têm Governadores favoráveis e contrários, basta lembrarmos que o Governador de Minas Gerais já se manifestou favorável ao imposto chamado imposto do cheque.

Acho que não é hora de bravatas, é hora de sabermos o que de fato existe, como será, se for feito será feito, de que forma os Estados entram nesse debate, até porque sabem os senhores que hoje há uma desoneração feita por alguns Estados de forma absolutamente ilegal em determinados produtos, principalmente no que diz respeito à importação. Então não será um debate açodado e feito agora, até para criar espaço e desqualificar, de antemão, o futuro Governo, que transformará, ou não, o imposto sobre o cheque, a contribuição, a CPMF sobre a movimentação financeira, a permanência sobre a movimentação financeira, num factóide que possa criar aquilo que chamamos, muitas vezes, de bode na sala. Coloca-se um problema que não existe para depois se tentar ganhar alguma coisa retirando esse problema.

Quero aguardar para ver, porque tenho certeza que muitos, muitos mesmo, inclusive dos Governadores que hoje se manifestam contrários, quando tiverem que dizer de onde virão os recursos para a Saúde para os seus Estados, veladamente acabarão sendo favoráveis. Para isso espero que tenhamos a tranquilidade necessária para que ingressemos nesse debate, mas ingressemos de forma franca e transparente, e não criando mecanismos aqui e ali, que mesmo com a exaltação da tribuna possam se transformar apenas nisso: meros discursos.

Dito isso, Sr. Presidente, quero aqui fazer algumas considerações também ao parecer de análise prévia que foi feito pela nossa comissão aqui. A CCJ tem uma análise prévia ao Projeto de Lei Complementar nº 439/10, que cria

a Defensoria Pública, e que gostaria de ponderar alguns pontos, de antemão dizendo que amanhã teremos CCJ, poderemos relatar ou não, mas acho que é importante que os Deputados peçam vistas. Mesmo que não peçam, é importante que passemos a todos os Deputados da CCJ a cópia do projeto. Conversamos com o Presidente da CCJ, Deputado Durval Amaral, para que possamos fazer uma Audiência Pública nesta Casa no dia 23 de novembro, para discutirmos todos os pontos que ficarem pendentes com relação à Defensoria. Porque alguns pontos que estão aqui na análise prévia, embora tenham motivos e se sustentem, todos são passíveis de serem respondidos e resolvidos. Por isso, não me parece que o parecer tenha que ser contrário; ele deve ser pela correção desses problemas. Porque quando se fala aqui: “Fica o Poder Executivo autorizado a providenciar os atos necessários de adequação orçamentária e financeira para o cumprimento desta lei complementar. No entanto, esse mesmo artigo não dispõe de recurso”. Primeiro, que dispõe. No ano que vem já temos 29 milhões. Segundo, que remanejamento de orçamento só pode ser feito no próprio exercício.

Parece que a assessoria da CCJ cometeu um equívoco. Será feito o remanejamento em 2011, ainda que tenhamos já valores previamente estipulados, cerca de 16 milhões, como os 28 milhões para o ano que vem. A assessoria coloca aqui também que a lei complementar, no seu artigo 21, determina: *Ser nulo de pleno direito atos que resultam em aumento de despesa com pessoal expedido nos 180 dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder Executivo*. Obviamente que não estamos falando em fazer concurso público este ano. O concurso só poderá ser feito depois que for aprovado o projeto e sancionado pelo Governador. O que acontecerá, na melhor das hipóteses, no término deste ano, início do ano que vem. A partir daí, 180 dias para que possamos abrir condições objetivas para fazer edital do concurso público. Estaremos muito distante dos 180 dias pós-eleições.

Por último, um dos cargos que veio lá não está nominado. É simples, basta - está sendo feito agora - que a Secretaria de Justiça e a Secretaria de Ciência e Tecnologia, que estão elaborando o projeto, nominem o cargo. Isso pode ser feito em 30 segundos. O que precisamos fazer são pequenos ajustes, e já estão sendo feitos. A questão de nomenclatura de cargos não é informal, mas pode ser formada adequadamente com a simbologia. Ouvi muito falar que não podemos criar 300 novos cargos. Claro que não podemos e não vamos criar também!

Convido a todos que leiam o projeto, que prevê 110 cargos no início de carreira que não deverão ser todos preenchidos. Então, vamos falar as coisas como devem ser faladas. Vamos dirimir essas dúvidas. O que precisamos, de fato, é ter um grande acordo aqui para que possamos votar a Defensoria Pública ainda este ano. E a partir do ano que vem, no máximo no primeiro semestre ou início do segundo, possamos ter o concurso público.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Liderança da Oposição.

(**Declina**)

Liderança do Governo, com a palavra o Deputado Luiz Eduardo Cheida.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, muito rapidamente, só para dizer a V. Exa. e aos companheiros Deputados que está se criando uma situação embaraçosa, na Cidade de Londrina, com relação à admissão e à falta de pagamento dos funcionários públicos dos hospitais do Governo do Estado. Os chamados hospitais da zona sul e da zona norte fizeram uma admissão pós-concurso de cerca de 800 novos funcionários. São pessoas das mais variadas profissões. Ali tem médicos, enfermeiros graduados, fisioterapeutas, bioquímicos, dentistas e assim por diante, pessoas que não estão prestando concurso público por meio diletantismo, mas estão ali porque acreditam numa carreira sólida dentro do Estado. Pois bem, Sr. Presidente, esses funcionários foram admitidos recentemente e já estamos com um vencimento dos seus proventos ultrapassando a casa dos 15 dias, ou seja, já trabalharam um mês mais 15 dias e não receberam.

O Estado tem tido uma certa dificuldade em nos informar a respeito das razões por quê isso tem acontecido, mas é claro que nenhum de nós aqui Deputados, ninguém no Estado quer que nenhum tipo de profissional do Estado, principalmente aqueles que zelam pela Saúde, do nosso Sistema Único de Saúde, venham a ter dificuldades no recebimento dos seus salários.

Por isso, Sr. Presidente, nobres Pares, estou pedindo, em requerimento, que haja uma correção disto, que no meu entendimento é um lapso lamentável, para que, nesta semana, inclusive, o Estado possa depositar os salários desses profissionais dos hospitais da zona sul e da zona norte em Londrina. Imagino que se isso se estendesse aos demais contratados, que somam quase 2 mil funcionários, estaríamos numa situação também bastante lamentável. Pelo conhecimento que tenho, isso se restringe à Cidade de Londrina. Espero que possamos aprovar este requerimento.

Tenho também obtido informações de que o Sind-Saúde, por meio dos seus diretores, tem se empenhado bastante para que essa situação seja normalizada. Espero sinceramente que todos nós aqui, não apenas o Dr. Batista que é médico e é da Saúde, Dr. Accorsi, Dr. Felipe Lucas, todos os Deputados da área da Saúde nos empenhemos para isso, mas também o conjunto dos 54 Deputados.

Era apenas isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se à Ordem do Dia.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício nº 1944/10, subscrito pelo Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, constante do expediente, encaminhando o incluso anteprojeto de lei que altera o artigo 81 da Lei Estadual nº 14277/08 - Código de Organização e Divisão Judiciárias e adota outras providências. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 186/10, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, a emenda aditiva ao Decreto nº 1821, de 28/02/00, concedendo desconto na passagem rodoviária a militares não fardados. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Requerimento nº 3849, de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente, requerendo justificativa de ausência do Deputado Ney Leprevost, na Sessão do dia 04 do mês corrente, devido a compromissos assumidos anteriormente ao agendamento da referida Sessão. **À Comissão Executiva.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 021/10, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas das despesas dos Srs. Deputados, mês de agosto de 2010. Resoluções nºs 003/04 e 003/09. **Aprovada. (Publ. no DA nº 105/10, de 04/11/10, em Projeto de Resolução).**

3ª Discussão

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 070/10, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de utilidade pública estadual o Instituto Sulamericano de Cinema e TV do Paraná - Instituto Audiovisual do Paraná, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda. Aprovado o projeto.**

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 422/10, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de utilidade pública estadual a Associação Natureza Educativa, com sede e foro no Município de Quarto Centenário, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a Emenda. Aprovado o Projeto.**

2ª Discussão

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 253/10, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 048/10, que cria a Região Administrativa do Centro do Estado do Paraná. Integrada pelos Municípios de Boa Ventura de São Roque, Santa Maria do Oeste, Palmital, Laranjal, Mato Rico, Nova Tebas, Manoel Ribas, Cândido de Abreu e Pitanga. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 408/10, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que declara de utilidade pública a Associação da Criança e do Adolescente de General Carneiro, com sede no Município de General Carneiro e foro na Comarca de União da Vitória. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 022/10, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas das despesas dos Srs. Deputados, mês de setembro de 2010, Resoluções nºs 003/04 e 003/09. COM PARECER FAVORÁVEL DA CTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 226/10, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, que declara de utilidade pública a ONG Futebol de Rua, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA nº 052/10, de 19/05/10, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 226/10

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria da Deputada Rosane Ferreira, declara de utilidade pública estadual a ONG Futebol de Rua, com sede e foro no Município de Curitiba - Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 26/10/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 328/10, de autoria dos Deputados Duílio Genari e Elton Welter, que denomina de Lilian Cristina Franciscan, a Trincheira localizada na avenida Maripá, com a rodovia BR-467, no Município de Toledo. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA nº 078/10, de 13/07/10, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 328/10 COM RESPOSTA À DILIGÊNCIA

P A R E C E R :

Preâmbulo

A presente proposta legislativa tem por objetivo denominar de Lilian Cristina Franciscan, a trincheira localizada na avenida Maripá, com a Rodovia BR-467, no Município de Toledo, Estado do Paraná.

Fundamentação

Primeiramente, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em conformidade ao disposto no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a análise acerca da constitucionalidade e legalidade do presente projeto de lei, da legitimidade do proponente e, por fim, da técnica legislativa ora utilizada.

A Constituição da República Federativa do Brasil dispõe que é de competência concorrente entre a União, os Estados e Distrito Federal legislar sobre a proteção do patrimônio cultural.¹

Ainda, por tratar-se de matéria atinente às leis ordinárias, inexistem óbices constitucionais, eis que o proponente está abarcado pelo rol de legitimados disposto em nossa Constituição Estadual:

1.Art. 24, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Entretanto, apesar da constitucionalidade, *prima facie*, apresentada, bem como da legitimidade do proponente em legislar sobre o objeto versado, a escolha de nomeação não pode ser realizada sobre trecho já nomeado por nome de pessoas, fatos históricos ou geográficos, consoante o disposto na Constituição do Estado do Paraná:

Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades de administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da administração pública direta, indireta ou fundacional do Estado, a partir da promulgação dessa Constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva e bem público de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou ao Município.

Conforme resposta à diligência requerida por esta Comissão de Constituição e Justiça, a Secretaria de Estado dos Transportes, manifestou-se através do Ofício nº 214-AT que o trecho em questão não possui denominação, dessa forma nada impede a aprovação do projeto de lei em questão.

Por fim, quanto à técnica legislativa, não se vislumbram contrariedades ao disposto pela Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Ante o exposto, tendo em vista a presente legalidade do projeto e o parecer favorável da Secretaria de Estado dos Transportes, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 26/10/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NEREU MOURA - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 441/10, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que declara de utilidade pública a ANIMALAR - Sociedade Protetora dos Animais de Faxinal - Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA nº 103/10, de 20/10/10, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 441/10

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Artagão Júnior, tem por objetivo declarar de utilidade pública estadual a ANIMALAR - Sociedade Protetora dos Animais de Faxinal, com sede e foro no Município de Faxinal-Pr.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

No entanto, tendo em vista que no projeto de lei ora em análise não consta o foro, bem tampouco a sede da ANIMALAR - Sociedade Protetora dos Animais de Faxinal, desta forma, a fim de enquadrá-lo aos moldes legais, sugere-se a emenda substitutiva geral em anexo, com fulcro no artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral em anexo.

Sala das Comissões, em 26/10/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 441/10

Com fulcro no que autoriza os artigos 137, parágrafo 2º e 141, II e com objetivo de legalizar o projeto de lei em análise e prever a possibilidade de sua regulamentação pelo Poder Executivo, fica alterada a sua redação, que passa a contar com a seguinte teor:

“Art. 1º Fica declarado de utilidade pública a ANIMALAR - Sociedade Protetora dos Animais de Faxinal - com sede e foro no Município de Faxinal.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 26/10/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 3852, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Em discussão.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 3835, de autoria do Deputado Wilson Quinzeiro, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3836 a 3842, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3843 a 3848, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3850, de autoria do Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3851, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3853, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 09, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 109/08; 148, 253 e 410/10.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 408/10.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 226, 328 e 441/10.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 316 e 429/10.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:**Comissão Executiva****Atos**

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2460/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover MAKELI CARVALHO VASCO, para exercer cargo em comissão, junto à Administração, a partir de 01/08/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 09/08/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2472/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9004/10, datado de 17/06/10, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder aposentadoria, a NILTON BUSATTO, Matrícula sob nº 317, funcionário estatutário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, nível NUF-06, lotado na Coordenadoria da Ata, com proventos mensais e integrais com consideração da totalidade da remuneração de seu cargo efetivo, nos termos do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 047, de 05/07/05, acrescidos de cinco (05) adicionais de acordo com o artigo 170, da Lei Estadual nº 6174/70 e cinco (5) adicionais conforme artigo 171, da Lei Estadual nº 6174/70, mais gratificação de função por ter preenchido as condições previstas no então vigente artigo 140, inciso III, da Lei Estadual nº 6174/70, oitenta por cento (80%) sobre seu vencimento básico de gratificação de representação de acordo com o artigo 8º, da Resolução nº 013, de 03/05/10, resultando em proventos de aposentadoria conforme cálculos da Coordenadoria de Relações Trabalhistas de fls. 25. Os proventos serão reajustados com paridade nos termos do artigo 7º da Emenda Constitucional nº 041, de 31/12/10. Para sua correção serão utilizados os mesmos percentuais e nas mesmas oportunidades em que forem reajustadas as remunerações dos servidores ativos, havendo também, a inclusão de novas vantagens concedidas, mesmo em face de modificação ou transformação dos cargos, observando-se mesmo critério de reajuste de pensões concedidas com base nesta regra.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 17/08/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2478/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 12093, datado de 17/08/10, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, LORENI ALVES LEITE, do cargo em comissão, da Comissão de Orçamento, a partir de 01/08/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 19/08/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2479/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11538, datado de 04/08/10, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, JUAREZ BUENO, do cargo em comissão, do Gabinete do Deputado Nereu Moura, a partir de 01/08/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 19/08/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2480/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11536, datado de 04/08/10, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, JOSE DE AUGUSTINHO BLEMER, do cargo em comissão, do Gabinete do Deputado Nereu Moura, a partir de 01/08/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 19/08/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2481/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 12092, datado de 17/08/10, deste Poder,

R E S O L V E :

prover VALMIR DE PAULA, para exercer cargo em comissão, junto à Comissão de Orçamento, a partir de 01/08/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 19/08/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2482/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 12172, datado de 17/08/10, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, JOÃO DE PAULA FARIAS, do cargo em comissão, do Gabinete do Deputado Péricles de Mello, a partir de 01/08/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 19/08/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2483/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11986, datado de 11/08/10, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, JOÃO ALBERTO VALANSUELO, do cargo em comissão, do Gabinete do Deputado Chico Noroeste, a partir de 01/08/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 19/08/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2484/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11473, datado de 03/08/10, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, ALINY BROL VEIGA, do cargo em comissão, do Gabinete do Deputado Dobrandino da Silva, a partir de 01/08/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 19/08/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2485/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11984, datado de 11/08/10

R E S O L V E :

prover ALINY BROL VEIGA, para exercer cargo em comissão, junto ao Gabinete do Deputado Chico Noroeste, a partir de 01/08/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 19/08/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2486/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11472, datado de 03/08/10, deste Poder,

R E S O L V E :

prover KENNY BRAYAN NIEDZWIEDZ, para exercer cargo em comissão, junto ao Gabinete do Deputado Dobrandino da Silva, a partir de 01/08/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 19/08/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2487/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11713, datado de 04/08/10, deste Poder,

R E S O L V E :

prover KARINA NUNES DE ARAUJO PIRES CARDOSO, para exercer cargo em comissão, junto à Liderança do PSB, a partir de 01/08/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 19/08/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2488/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11712, datado de 04/08/10, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, ROSILMA NUNES DE ARAUJO, do cargo em comissão, da Liderança do PSB, a partir de 01/08/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 19/08/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2489/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11849, datado de 10/08/10, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, ARNALDO DE OLIVEIRA GOMES, do cargo em comissão, do Gabinete do Deputado Wilson Quinteiro, a partir de 01/08/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 19/08/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2490/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11437, datado de 02/08/10, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, PAULO ROBERTO DOS SANTOS ALVES, do cargo em comissão, do Gabinete do Deputado Stephanes Júnior, a partir de 01/08/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 19/08/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2491/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11438, datado de 02/08/10, deste Poder,

R E S O L V E :

prover NATHAN TERRA DO AMARAL BAMPI, para exercer cargo em comissão, junto ao Gabinete do Deputado Stephanes Júnior, a partir de 01/08/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 19/08/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2492/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11827, datado de 09/08/10, deste Poder,

R E S O L V E :

prover GABRIELA ROBERTA CAMPOS VAZ, para exercer cargo em comissão, junto ao Gabinete do Deputado Luiz Accorsi, a partir de 01/08/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 19/08/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2493/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11826, datado de 09/08/10, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, MARIA JOSE DA SILVA CAMPOS VAZ, do cargo em comissão, do Gabinete do Deputado Luiz Accorsi, a partir de 01/08/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 19/08/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2494/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10947, datado de 19/07/10, deste Poder,

R E S O L V E :

prover APARECIDA FABIANA CORREA, para exercer cargo em comissão, junto ao Gabinete do Deputado Tadeu Veneri, a partir de 01/08/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 19/08/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2495/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11448, datado de 02/08/10, deste Poder,

R E S O L V E :

prover JUSSARA MARIA BACH NOVAKOWSKI, para exercer cargo em comissão, junto ao Gabinete do Deputado Jocelito Canto, a partir de 01/08/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 19/08/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2496/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11160, datado de 29/07/10, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, ALTAIR FORTUNATO BENE-
VENUTE, do cargo em comissão, do Gabinete do
Deputado Marcelo Rangel, a partir de 01/08/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 19/08/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2497/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11161, datado de 29/07/10, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, RONILDO ANTONIO PAMPUCH
SUREK, do cargo em comissão, do Gabinete do Deputado Marcelo Rangel, a partir de 01/08/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 19/08/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2498/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 12085, datado de 16/08/10, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, PAULO BATISTA FERNANDES, do cargo em comissão, do Gabinete do Deputado Reni Pereira, a partir de 01/08/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 19/08/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2499/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 12086, datado de 16/08/10, deste Poder,

R E S O L V E :

prover CLAUDIA CARVALHO, para exercer cargo em comissão, junto ao Gabinete do Deputado Reni Pereira, a partir de 01/08/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 19/08/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2500/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 12176, datado de 17/08/10, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, JOÃO MAGNO DE SOUZA, do cargo em comissão, do Gabinete da Deputada Beti Pavin, a partir de 01/08/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 20/08/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2501/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 12175, datado de 17/08/10, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, WIVERSON PONTELLO NUNES FERREIRA, do cargo em comissão, do Gabinete da Deputada Beti Pavin, a partir de 01/08/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 20/08/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2502/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 12174, datado de 17/08/10, deste Poder,

R E S O L V E :

prover RAFAEL JUSTO REBELATO, para exercer cargo em comissão, junto ao Gabinete da Deputada Beti Pavin, a partir de 01/08/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 20/08/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2503/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 12177, datado de 17/08/10, deste Poder,

R E S O L V E :

prover MARIANA STRAPASSON, para exercer cargo em comissão, junto ao Gabinete da Deputada Beti Pavin, a partir de 01/08/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 20/08/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2504/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11717, datado de 04/08/10, deste Poder,

R E S O L V E :

prover MARCOS EDUARDO COUTO, para exercer cargo em comissão, junto ao Gabinete do Deputado Alexandre Curi, a partir de 01/08/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 20/08/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2505/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11716, datado de 04/08/10, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, LILIAN RAMOS NARLOCH, do cargo em comissão, do Gabinete do Deputado Alexandre Curi, a partir de 01/08/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 20/08/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2506/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11795, datado de 09/08/10, deste Poder,

R E S O L V E :

prover MARGARIDA APARECIDA GARCIA, para exercer cargo em comissão, junto à Liderança do PSDB, a partir de 01/08/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 20/08/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2507/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11915, datado de 10/08/10, deste Poder,

R E S O L V E :

prover WALDIR KURZYDLOVSKI, para exercer cargo em comissão, junto ao Gabinete do Deputado Felipe Lucas, a partir de 01/08/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 20/08/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2508/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11916, datado de 10/08/10, deste Poder,

R E S O L V E :

prover DAVI RUFINO DA SILVA, para exercer cargo em comissão, junto ao Gabinete do Deputado Felipe Lucas, a partir de 01/08/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 20/08/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2509/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 12230, datado de 18/08/10, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, FABIANO VEIGA OLIVA, do cargo em comissão, do Gabinete do Deputado Felipe Lucas, a partir de 01/08/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 20/08/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2510/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11544, datado de 09/08/10, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, FERNANDO SILVA PEIXOTO, do cargo em comissão, da Presidência, a partir de 01/08/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 20/08/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2511/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11746, datado de 05/08/10, deste Poder,

R E S O L V E :

prover ANA CAROLINA TOSIN, para exercer cargo em comissão, junto à Presidência, a partir de 01/08/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 20/08/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2512/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11724, datado de 05/08/10, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, ADRIANA SILVA DE OLIVEIRA, do cargo em comissão, do Gabinete do Deputado Ney Leprevost, a partir de 01/08/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 20/08/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2513/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 12287, datado de 19/08/10, deste Poder,

R E S O L V E :

prover BRUNO DE OLIVEIRA ARPINO, para exercer cargo em comissão, junto a Administração, a partir de 01/08/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 19/08/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2514/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 12286, datado de 19/08/10, deste Poder,

R E S O L V E :

prover MARCELO MARTINS LANCIA, para exercer cargo em comissão, junto à Administração, a partir de 01/08/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 19/08/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

